



MINISTÉRIO DA CULTURA
Gabinete
GM/SAV/GAB/SAV

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, - Bairro Zona Cívico Administrativa, Brasília/DF, CEP 70068-900

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO CINEMA

1. Identificação da reunião

Data da reunião: 09/05/2025.	Horário: 09h às 13h	Local: Videoconferência (Teams)
Coordenador da reunião: Secretária do Audiovisual, Sra. Joelma Gonzaga.		Telefone: 2024-2410
Pauta: - Prévia da construção da cadeia produtiva do Audiovisual na Nova Indústria Brasil, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial - CNDI/ MIDIC - Diagnóstico do Plano de Diretrizes e Metas para o setor audiovisual;		

2. Tópicos discutidos

No dia nove de maio de 2025, no período das nove horas às treze horas, por videoconferência, foi realizada a sexta reunião ordinária do Conselho Superior do Cinema (período 2023/2025). Participaram da reunião o Secretário Executivo, **Márcio Tavares**, a Secretária do Audiovisual, **Joelma Gonzaga**, os Conselheiros: **Ana Salett Marques** (Suplente / AGU), **Tawfic Awwad Junior** (suplente / Ministério das Comunicações), **Adriana de Azevedo Silva Teixeira** (Suplente / Ministério do Desenvolvimento, indústria, Comércio e Serviços), **Patrícia Barcelos** (Suplente / Ministério da Educação), **Vânia Lima** (Titular), **Jussara Locatelli** (Suplente), **Cíntia Bittar** (Titular), **Joyce Prado** (Suplente), **Tatiana Alves de Carvalho Costa** (Titular), **Jaqueline Maria de Souza** (Suplente), **Gustavo Soares Steinberg** (Suplente), **Clemilson Farias** (Titular), **Gabriel Amaral Pires** (Suplente), **Rodolfo Salema** (Titular), **Mauro Alves Garcia** (Suplente), **Luiza Lins** (Suplente), **Márcio Fraccaroli** (Titular), **Debora Ivanov** (Titular), **Mariza Leão** (Suplente), **Rosana Alcântara** (Titular), **Paula Gomes** (Suplente), **Marcos Rocha** (Titular), **Jack Jonathan de Melo Silva** (suplente) e **Carla Ramos** (Casa Civil). Participaram ainda: **Alex Braga** (Diretor-Presidente da ANCINE), **Vinícius Clay** (Diretor da ANCINE), **Paulo Alcoforado** (Diretor da ANCINE), **Lyara Oliveira** (Presidente da Spcine), **Danielle Barros** (Presidente do Fórum de Secretários de Cultura), **Gabriel Portela** (Fórum dos Secretários de Cultura), **Daniela Fernandes** (Diretora de Preservação e Difusão

Audiovisual/SAv), **Thiago Moreira dos Santos** (Chefe de Gabinete/SAv) e **Roberta Góes** (SAv). A reunião foi presidida pela Secretária do Audiovisual, Sra. Joelma Gonzaga, que iniciou cumprimentando os presentes e apresentando as pautas a serem discutidas conforme enviadas por e-mail aos convidados e conselheiros: Audiovisual na Nova Indústria Brasil e Diagnóstico do Plano de Diretrizes e Metas - PDM, em seguida, teceu breve resumo e atualizou o andamento do trabalho sobre as pautas referidas. Após a introdução da reunião a Secretária Joelma passou a palavra à Sra. Adriana de Azevedo do MDIC que fez apresentação acerca do trabalho que vem sendo desenvolvido em conjunto com a equipe da SAV sobre a indústria audiovisual enquadrada na Missão 4 - Transformação digital da indústria para ampliar a produtividade, no contexto da Nova Indústria Brasil. Após a apresentação do MDIC, a Secretária do Audiovisual informou sobre a possibilidade dos membros CSC oferecerem contribuições para a construção da cadeia e passou a palavra à Diretora Daniela Fernandes que fez uma apresentação sobre o andamento do PDM. Informou que houve um atraso sobre o diagnóstico das metas, que estava previsto para março, mas que esse atraso refletiu positivamente, pois resultou da integração do trabalho com o MDIC para a Nova Indústria Brasil. Ressaltou que o grupo de trabalho para o PDM foi composto por representantes da sociedade civil e do Governo, além de contar com a assessoria do representante da Ancine, Servidor Daniel Matos, cuja contribuição foi muito importante. Informou que enviará o diagnóstico por e-mail ao colegiado. Informou ainda que o PDM está seguindo a mesma metodologia do Plano Nacional de Cultura, considerando as adaptações e especificidades, e estão sendo construídos no mesmo momento. Reforçou que a construção está sendo feita com base nas metas do PDM anterior, mas considerando as necessidades contemporâneas e as contribuições dos conselheiros para as metas que vêm sendo apresentadas desde 2023. Busca-se um plano com metas mais enxutas, mas podendo haver mais de uma ação para cada uma das metas. Apresentou os eixos propostos e revisados, um resumo da circulação feita para ouvir as demandas regionais e mencionou o Seminário de Economia do Audiovisual e Interseccionalidades. Por fim, apresentou o cronograma proposto com a previsão da reunião de debate e aprovação da versão final para o mês de julho. Disponibilizou QR Code para acesso ao drive contendo o diagnóstico dos sete eixos disponibilizados e abriu o repositório para ilustrar o formato disponibilizado. A Secretária Joelma, abriu para falas e contribuições. O Conselheiro Gustavo Steinberg, como representante da indústria de games, reforçou que a entrada do audiovisual na Nova Indústria Brasil teve uma participação fundamental da Abragames e que esta foi a primeira ação concreta conjunta entre o audiovisual tradicional e games. Em seguida, a palavra foi passada à Conselheira Rosana Alcântara que parabenizou a iniciativa conjunta de trabalho da SAV e do MDIC para a Nova Indústria Brasil e reforçou a importância dessa interlocução para a construção de política pública. Propôs debate sobre a digitalização e vídeo sob demanda. Informou que embora o assunto não fosse tema da pauta da reunião o assunto está em pauta no país e em discussão em outros países, assim como IA e propriedade intelectual. Pediu uma reunião específica para tratar sobre vídeo sob demanda a fim de que o CSC possa debater de forma ampla. Após, o Conselheiro Mauro Garcia corroborou as palavras da Conselheira Rosana sobre o VOD. Citou a atuação legislativa da parlamentar Jandira Feghali. Alertou que as discussões não devem retroceder para a questão dos percentuais e que é necessário manter a objetividade e se concentrar na proposta que está em vigor. Afirmou que reabrir negociações seria uma estratégia equivocada e não permitiria avançar. Em seguida, a Conselheira Paula Gomes cumprimentou a todos os colegas e parabenizou as apresentações veiculadas. Informou que sua fala trataria de vários assuntos, inclusive o VOD. Sobre o PDM manifestou: “me preocupa que ainda não tenhamos um PDM e que estejamos às vésperas de definir um Plano Anual de Investimentos (...) e de novo não temos

diretrizes claras do setor”. Solicitou que seja realizada uma reunião extraordinária para que sejam definidas diretrizes para guiar o CGFSA para a elaboração do PAI 2025. Na qualidade de representante da ANDAI, informou que a entidade tem feito provocações junto ao MinC e à Ancine pela ausência de recursos para a comercialização. Informou sobre levantamento realizado pela ANDAI que constatou que existem 157 filmes represados pela falta de investimento em comercialização, informou ainda sobre a escassez no mercado de licenças. Acrescentou que a ANDAI representa 50% de filmes brasileiros nas salas de cinema e com isso estima-se cerca de 300 filmes nessa mesma situação. Considerando a realização de uma reunião do CGFSA, pediu a garantia de que essas demandas apresentadas estejam previstas no PAI 2025 e que se possa ter previsibilidade dos investimentos para que se possa construir um planejamento. Concordou com a fala da Conselheira Rosana e pediu uma segunda reunião extraordinária para tratar da regulação do VOD. Nesse sentido, discordou do Conselheiro Mauro Garcia afirmando acreditar ser possível discutir sobre o percentual e alertou “sobre a possibilidade de se ter um desconto de 70% para um suposto investimento direto já vai transformar esses 6% em cerca de dois e pouco”. E prosseguiu: “Porque que eu falo suposto investimento direto? Porque não é investimento direto, é renúncia fiscal; se é renúncia fiscal é dinheiro público. Não podemos assumir que esse investimento direto seja feito com dinheiro público. É um acinte para a soberania nacional que a gente deixe as plataformas, em sua maioria estrangeiras, decidirem para onde é direcionado o dinheiro público.” Citou casos em que o investimento direto é feito com recursos privados no âmbito internacional, como na França. Informou ainda que lhe parece pouco o percentual de 6% e possibilitar usar dinheiro público na atividade fim, pediu discussão sobre esse ponto e reforçou a necessidade de uma reunião extraordinária do CSC. Além disso, abordou a cota de catálogo que afirmou estar sendo pouco falada. Afirmou que a cota de catálogo que está presente no substitutivo da Deputada Jandira, que traz o percentual de 10%, e que atualmente, de acordo com os estudos da Ancine, já se tem esse percentual de 10%. Portanto, essa cota não mudaria nada. Informou que considera que pedir 20% ainda seria “tímido” considerando o tamanho do Brasil, do mercado e do público. Afirmou que pedir metade disso não muda em nada a realidade. Pediu para se discutir sobre o VOD e que todos os agentes sejam escutados. A Secretária Joelma cumprimentou a Secretária Danielle Barros, Presidente do Fórum de Secretários de Cultura, que entrara na reunião. Parabenizou o trabalho e o engajamento que vem sendo realizado em prol do Pacto Federativo e deu as boas-vindas à nova convidada do Conselho afirmando que sua colaboração será muito importante aos debates do Colegiado. A Secretária Danielle transmitiu satisfação em estar presente na reunião e informou que o Fórum está à disposição e que participarão acompanhando os encontros. Ressaltou que no último encontro nacional de gestores de cultura, que aconteceu na Paraíba, o tema do VOD foi amplamente debatido e por isso é importante a presença nas discussões do CSC. Em continuidade o Sr. Gabriel Portela cumprimentou a todos e referindo-se ao tema do VOD informou que da reunião nacional dos gestores de cultura, mencionada pela Secretária Danielle, resultou uma moção que mostra o olhar do Fórum e estabelece quatro pontos principais, dentre eles: a regulação que venha em prol do fortalecimento do FSA como principal mecanismo de fomento; a aplicação de alíquotas conforme orientação do CSC; a garantia da titularidade de propriedade intelectual e patrimonial aos produtores independentes brasileiros; e a centralidade da regulação na garantia do fortalecimento da produção independente brasileira. Em seguida a palavra foi passada à Conselheira Tatiana Carvalho que cumprimentou a todos e agradeceu as apresentações veiculadas. Lamentou não terem entrado na pauta dois pontos: VOD, pela urgência e pelo contexto, e a questão das políticas afirmativas. Afirmou estarem trabalhando para um alinhamento entre a proposta legislativa e as práticas que estão sendo

implementadas neste governo no sentido de políticas reparatórias. Afirmou ser necessário se alinhar com as discussões internacionais e que as discussões do PDM precisam estar atentas aos movimentos internacionais, como a “tarifação pelo Presidente Trump e o discurso de supremacia branca contra nós da América Latina.” Reclamou sobre não constar na pauta sobre a solicitação enviada que trata da ausência da discussão sobre a regulamentação da Lei 13.006/14 - Lei do cinema na escola que está em processo de regulamentação. Lembrou que o assunto já foi pauta do CSC em outros momentos e que o público representa cerca de 45 milhões de pessoas e que se trata de um segmento de formação de público, fundamental para a manutenção da indústria. Pediu que se tenha com urgência esse assunto em pauta novamente no CSC, intensificando as discussões dentro do PDM. Em seguida a palavra passou à Sra. Lyara, Presidente da SPcine, que teceu agradecimentos sobre a sua participação em nome da SPcine. Agradeceu as apresentações, colocou a SPcine à disposição das discussões, principalmente no que tange à entrada do audiovisual e de games na Nova Indústria Brasil. Afirmou que debater a questão da infraestrutura é uma questão importante para a SPcine e que estão à disposição para participar do debate e construção. Voltou à fala da Conselheira Paula, corroborou com a questão do andamento do PDM em relação à construção do PAI 2025. Informou que a SPcine segue na expectativa para apresentar a sua proposta em relação à utilização dos recursos do FSA. Afirmou entender as questões que geraram o atraso no PDM, mas pediu que se tenham algumas diretrizes que possam nortear o PAI 2025 e na construção das políticas públicas relacionadas ao FSA, mas também de estados e municípios na utilização dos recursos federais. Após, a Conselheira Debora Ivanov reforçou a necessidade de uma reunião específica para tratar do VOD com a finalidade de alinhar entendimentos e para acelerar os trâmites do Congresso Nacional. Parabenizou o Ministério da Cultura pela articulação e organização da missão do Brasil em Cannes, na França, como país de honra. Informou saber que trata de uma grande articulação para que o Brasil tenha destaque no maior e mais prestigiado mercado de filmes do mundo. Afirmou ser um marco histórico que abrirá muitas portas para alianças com outros países. Destacou que o avanço na articulação com o MDIC também é uma articulação histórica e que se deve dar importância, pois há anos se pedia por uma política pública estruturante que articulasse vários agentes juntos dentro de uma meta e estratégia conjunta. Corroborou falas que trataram do FSA. Ressaltou que alguns editais, como o de arranjos regionais, ainda não foram postos em prática. Mencionou que já estamos chegando no final do primeiro semestre e há muitos lançamentos represados e fez um apelo para que se acelere o lançamento dos editais. E por fim pediu que se tenha uma reunião para traçar diretrizes para o próximo PAI. A seguir, a Conselheira Cíntia Bittar cumprimentou a todos e parabenizou o MinC e a SAV pela missão em Cannes. Cumprimentou a Presidente do Fórum, Sra. Danielle, e reforçou a importância do apoio das gestões estaduais às suas delegações e sugeriu que em uma próxima oportunidade as delegações sejam ampliadas para outros estados. Reforçou a fala da Conselheira Débora e sobre a questão do arranjo regional e informou que os estados estão ansiosos para saber sobre os editais. Pediu por melhor comunicação para que os gestores saibam fazer melhores editais. Afirmou que com a questão dos arranjos regionais tem-se uma oportunidade de se ter um pensamento mais sistêmico de como devem ser esses editais junto às gestões locais a fim de que tenha uma competitividade saudável nacionalmente. Sugeriu que se tenha uma apostila a ser distribuída às gestões locais de forma a disseminar o conhecimento necessário e que haja um nivelamento de conhecimento sobre a aplicação dos recursos federais. Parabenizou o Fórum de Secretários pela moção e pelo texto conter os 12% do VOD. Ressaltou a grandeza do movimento e que pode ter mais peso e influência nas bancadas. Pediu uma reunião extraordinária para tratar do VOD e de fomento. Na sequência entrou na reunião o Secretário-Executivo do MinC, Sr. Marcio Tavares, que foi saudado pela Secretária Joelma e a ele concedeu a

palavra. O Secretário-Executivo saudou a todos os presentes e afirmou que este é um ano decisivo para o audiovisual e que se tem logrado êxito em avançar com as pautas importantes, como foi a renovação da lei do audiovisual através de um projeto hercúleo que garantiu a integridade do que estava garantido na Medida Provisória. No âmbito da regulação do VOD afirmou que há sinais positivos, mas desafiadores. Afirmou ainda que o substitutivo feito pela Deputada Jandira é um bom texto para ser negociado e que é preciso fazer um esforço de diálogo, e que isso vem sendo feito pelo MinC junto ao Governo, Câmara e Senado. Informou que se busca urgência na tramitação. Do ponto de vista do MinC e do Governo, o texto apresentado na Comissão de Cultura é o texto que de forma mais aproximada retrata os pontos defendidos. Afirmou que Ministério tem defendido 6% de Condecine, tem defendido a propriedade intelectual, tem defendido Cota de Tela e um conjunto de elementos que estão em discussão desde 2023, e que agora estão expressos em um texto que é a versão apresentada pela Dep. Jandira, mas afirmou também que o Ministério está aberto a críticas e sugestões de posicionamentos divergentes. Acrescentou que no momento nenhum agente das plataformas defende o texto como está, há uma clara divergência e que exigem outros termos. Ressaltou que o texto tal como se apresenta atualmente já encontrará dificuldades para ser votado. E que uma proposta mais robusta encontraria ainda mais dificuldades em um cenário onde o Congresso pode ser seduzido pelos interesses das grandes corporações internacionais. Reforçou a necessidade do CSC se mobilizar. Reconheceu a manifestação feita pelo Colegiado em 2023, que defendia os 12%, afirmou o respeito sobre essa manifestação, mas que seria muito importante que o CSC desse um voto de confiança às negociações e à construção desse substitutivo e que se esse apoio fosse manifestado através de uma moção seria fundamental para se obter avanços. Reforçou ainda a importância de se caminhar junto no contexto com o governo, os parlamentares aliados e o setor organizado. Acrescentou que neste momento tem-se uma janela de oportunidade e que se o CSC endossar a proposta e, até mesmo presencialmente em Brasília, apoiar na defesa e na interlocução com os parlamentares facilitaria a aprovação. Informou que esta é uma preocupação constante e que tem sido uma pauta da Ministra Margareth Menezes quase que diária no contato com o Parlamento e que a colaboração do CSC será fundamental. Reforçou as dificuldades políticas e o cenário atual, mas que se tem um texto com possibilidades de avanços. Afirmou que o texto pode não ser o ideal, mas é o que mais se aproxima de todas as posições do setor independente do audiovisual brasileiro, do governo e que nos dá o direito de caminhar em uma direção conjunta no Congresso Nacional. Reforçou que não se pode perder essa que talvez seja a última janela nesse governo para aprovar a matéria. Pediu a sensibilidade do CSC e se colocou à disposição, assim como o MinC, para discutir com o colegiado. Na sequência foi dada a palavra à Conselheira Patrícia Barcelos que retomou a fala da Conselheira Tatiana Carvalho sobre a Lei 13.006/04 e informou que o MEC hoje trabalha na construção de um Decreto que está ancorado dentro de duas estratégias: escola conectada, que busca levar internet banda larga a todas as escolas do país, e escola em tempo integral. O Decreto, que vai prever formação de professores e formação de plateia, vem sendo construído junto com a SAV e resulta de um histórico da militância da educação em cinema desde 2006. Reforçou a necessidade de que se tenha uma reunião para apresentar em detalhes o trabalho que está sendo pensado e a forma como será feita a curadoria para que isso chegue até as escolas. Em seguida a palavra foi passada à Conselheira Mariza Leão. A Conselheira agradeceu o encontro e retomando o assunto sobre VOD afirmou que a análise tecida pelo Secretário-Executivo do MinC foi muito realista e que é preciso ter bom senso e maturidade política para entender que se não aprovar a questão do VOD neste ano, no ano que vem não será possível. É preciso centralizar as ações na aprovação dessa regulação. Afirmou que não há coesão e que isso é extremamente prejudicial. Fez

um apelo para que todos se apresentem de uma forma coesa, caso contrário pode-se obter como resultado a não aprovação da regulação do VOD em 2025. Em segundo plano, informou que sente falta de planejamento na questão do investimento do FSA. Perguntou sobre o cronograma de tramitação dos seletivos divulgados pela Ancine, argumentou sobre a imprevisibilidade e clareza nas informações sobre as etapas de execução quanto às fases e nos investimentos. Em seguida a Conselheira Rosana agradeceu a fala do Secretário-Executivo e afirmou que o VOD está em outro patamar de negociação, que este momento é crucial votar o projeto apresentado pela Dep. Jandira, com o apoio do Governo e caso não se trabalhe para votar, corre-se o risco de se passar mais 10 anos reclamando o fato de não ter regulado vídeo sob demanda no Brasil. Informou ter estado com a Dep. Jandira e que o esforço para que seja enviado ao Plenário é um esforço real. Reforçou que não se trata mais daquele momento passado em que se podia fazer o desenho de um projeto ideal, mas agora se trata de um debate sobre regular ou não regular a matéria, e aconselhou o Governo e o setor que se coloque a discussão em outro patamar com a devida urgência. Dessa forma, propôs uma reunião extraordinária do CSC e que seja convidada a Dep. Jandira, relatora do projeto. Após, a fala foi concedida ao Conselheiro Jack Jonathan que lembrou que já se discute sobre streaming há dois anos no âmbito do CSC e até o momento ainda não se conseguiu uma definição. Informou ter estado em Brasília para tratar do Prêmio Adicional de Renda - PAR e pediu aos outros elos da indústria que tenham solidariedade em relação aos exibidores no contexto do PAR. Citou o endividamento dos exibidores e a deterioração do parque exibidor. Acrescentou que dentro da questão da regulação do streaming é preciso trabalhar uma janela de exibição que seja extensa objetivando um tempo maior de exploração do filme para ser exibido nas salas de cinema e que não seja anunciado contemporaneamente ao lançamento no cinema o nuncio de que em breve o filme estará disponível nas plataformas de streaming, pois as pessoas esperam para assistir em casa. Afirmou que uma janela de exibição de 180 dias seria o ideal. Informou sobre um seminário realizado no Panorama, em Salvador, e que foi produzida uma carta com as demandas dos exibidores. Pediu apoio para que a exibição possa estar presente no âmbito da PNAB. Citou o edital de incentivo à exibição de conteúdo brasileiro, realizado em 2024, em São Paulo, e pediu que o edital seja replicado em todos os outros estados brasileiros para o apoio em massa à produção brasileira e aos exibidores. Reforçou a necessidade do retorno do PAR e que seja robusto, diferente das últimas versões que trouxeram valores irrisórios que não acompanharam a inflação e que possa abranger ao menos grupos de 80 salas de cinema. Em seguida o Conselheiro Cleilson, retomando a questão do VOD, informou que a fala do Secretário-Executivo deixa claro que o Governo estava discutindo e debatendo sem envolver o CSC e que isso lhe incomodou. O CSC não foi convocado para debater o assunto e que agora se pede uma moção de apoio. Por isso, pediu uma reunião extraordinária para se debater com mais tempo. Questionou o cálculo do percentual e qual seria a referência da informação. Afirmou que há que se considerar a diversidade da produção que é projetada tanto internamente quanto externamente. Afirmou que o projeto que está sendo discutido possui muitos consensos, mas que coloca em risco vários aspectos da estrutura do FSA que é uma estrutura já consolidada, que já funciona e não pode ser enfraquecida. Propôs que até o final da reunião já se tivesse a data da reunião extraordinária para tratar do VOD. Em seguida, a Conselheira Cíntia retomou a palavra e, voltando à questão do VOD, explicou de onde veio a alíquota dos 12% defendida pelo CSC, que o fundamento seria acomodar o desconto. E que não se trata de investimento direto, mas de renúncia de receita. Sugeriu retomar a questão do desconto na próxima reunião para que os 6% não virem nada. Em relação à palavra da Conselheira Mariza Leão, sobre os prazos dos editais, afirmou ser um avanço e não um problema. Informou que em 2023 chegou-se a um ponto em que mais de 80% dos editais foram descartados

sem sequer serem lidos na chamada do FSA sobre produção de cinema. Ao criarem mais etapas possibilita-se que os projetos sejam analisados minimamente quanto ao escopo do projeto e consistem em garantia para que os projetos sejam de fato avaliados. Pode não ser o melhor modelo, mas consiste em avanço. Repetiu a necessidade de uma reunião para tratar de VOD e outra para tratar de fomento. Na sequência, a Conselheira Paula retomou a palavra e repetiu, fala anterior e reforçou: “não é investimento se é renúncia fiscal (...)”. Afirmou que “estamos deixando a nossa soberania nacional na mão agentes de estrangeiros”. Pediu novamente uma reunião do CSC para tratar do VOD. Citou o modelo francês como um modelo que poderia gerar consenso no setor. Recomendou a leitura do livro O Cinema que Não se vê, da Jornalista Ana Paula Sousa, e leu citação. Repetiu a necessidade de se discutir o fato de que "investimentos públicos nas mãos do mercado estrangeiro prejudica a soberania nacional e enfraquece o principal mecanismo de fomento que é o FSA". Após, a fala foi passada à Conselheira Debora Ivanov que apoiou a fala da Conselheira Rosana e pediu uma reunião para tratar de VOD e sugeriu que conte com a presença da Dep. Jandira Feghali. Lembrou das ações protelatórias que estão em curso e que o projeto ainda vai voltar ao Senado e, por isso, o risco é grande. Em continuidade a fala foi franqueada à Conselheira Luiza Lins que abordou dois setores que segundo ela não têm sido levados em conta ultimamente: a questão da difusão, que afirmou não se ter atualmente nenhuma política pública à respeito, mostras e festivais não estão conseguindo realizar seus eventos, mas que levam o cinema brasileiro ao público. Afirmou que é urgente que se tenha uma política que pense em relação a isso. O segundo tema abordado foi a difusão. Pediu uma reunião extraordinária para tratar desses temas, inclusive sobre a regulamentação da Lei 13.006/04 e sua importância. Questionou sobre onde se encontra a difusão na atual política brasileira, pois estão passando por dificuldades e não têm apoio específico. Encerrando as falas dos conselheiros, a Sra. Mariza Leão esclareceu que quando fala da imprevisibilidade de resultado e da falta de cronograma e que isso dificulta o planejamento; quando se refere que "estamos no mês de maio e há uma enorme demanda reprimida que afeta não somente a produtores, mas também técnicos e elenco", quer dizer que, idealmente, quando se abre um edital é preciso saber a previsão do resultado para que se tenha um planejamento. Concordou com a Conselheira Paula sobre a necessidade de investimentos voltados à comercialização. Por fim, a Secretária Joelma Gonzaga agradeceu a todos pelas contribuições apresentadas e afirmou que já imaginava que dada a importância e urgência do VOD que este fosse ser o assunto dominante na reunião. Informou que certamente haverá reuniões extraordinárias, pois há muitas outras pautas a serem tratadas. Sobre os pedidos de uma reunião para se tratar de VOD afirmou que irá alinhar com a Ministra e que irá verificar a possibilidade de se convidar a Dep. Jandira e o Senador Randolfe. Registrou mais uma vez o agradecimento à equipe do MDIC, ao Secretário Wallace Moreira, que tem sido um grande parceiro, agradeceu ao Sr. Aloizio Mercadante e à toda a equipe do BNDES e agradeceu também à Ancine. Sobre a Lei 13.006/04, informou que se trata de ação conjunta do MEC e do MinC, assim como o lançamento do Tela Brasil e a criação do Decreto. Informou achar pertinente um debate sobre o tema no âmbito do CSC e referenciou o pedido recebido nesse sentido. Informou que os arranjos regionais estão em andamento e sairão e breve. Sobre o PAI acrescentou que há que se debater diretrizes e que será feita uma reunião extraordinária sobre isso. Afirmou o compromisso de uma reunião para tratar sobre VOD, e esse foi o principal encaminhamento. Encerrou-se a reunião.

3. Ações a Realizar

Ações

- A Diretora Daniela ficou de enviar por e-mail o acesso ao drive. Solicitou que os conselheiros que tiverem contribuições as enviem também por e-mail.
- Os conselheiros devem se manifestar formalmente sobre as metas que receberão por e-mail.
- A SAV dará retorno sobre o agendamento de reunião para tratar de VOD.

Joelma Gonzaga
Secretária do Audiovisual

Ana Salett Marques Gulli
Advocacia Geral da União
Suplente

Tawfic Awwad
Ministério das Comunicações
Suplente

Adriana de Azevedo Silva Teixeira
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
Suplente

Patrícia Barcelos
Ministério da Educação
Suplente

Clemilson Farias
Titular

Gabriel Amaral Pires
Suplente

Rodolfo Fernandes de Souza Salema
Titular

Mauro Alves Garcia
Suplente

Luiza da Luz Lins
Suplente

Márcio Fraccaroli
Titular

Debora Regina Ivanov
Titular

Mariza Leão Salles de Rezende
Suplente

Rosana dos Santos Alcântara
Titular

Paula Alessandra De Oliveira Gomes
Suplente

Marcos Rocha Magalhães Barros
Titular

Jack Jonathan de Melo Silva
Suplente

Representantes da Indústria Cinematográfica Nacional

Vânia Smith Lima
Titular

Jussara Locatelli
Suplente

Cíntia Domit Bittar
Titular

Joyce Prado Almeida
Suplente

Tatiana Alves de Carvalho Costa
Titular

Jaqueline Maria de Sousa
Suplente

Gustavo Soares Steinberg
Suplente

Representantes da Sociedade Civil



Documento assinado eletronicamente por **Joelma Oliveira Gonzaga, Secretária do Audiovisual**, em 03/06/2025, às 14:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Cíntia Domit Bittar, Usuário Externo**, em 03/06/2025, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Luiza da Luz Lins, Usuário Externo**, em 03/06/2025, às 15:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Alcaro Fraccaroli, Usuário Externo**, em 03/06/2025, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Soares Steinberg, Usuário Externo**, em 03/06/2025, às 19:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Patricia Barcelos, Usuário Externo**, em 04/06/2025, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Alves Garcia, Usuário Externo**, em 05/06/2025, às 09:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Alessandra de Oliveira Gomes, Usuário Externo**, em 06/06/2025, às 17:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **JACK JONATHAN DE MELO SILVA, Usuário Externo**, em 09/06/2025, às 00:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rosana dos Santos Alcântara, Usuário Externo**, em 24/06/2025, às 13:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Barros, Usuário Externo**, em 26/06/2025, às 16:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vânia Alves Smith Lima, Usuário Externo**, em 27/06/2025, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rodolfo Fernandes de Souza Salema, Usuário Externo**, em 03/07/2025, às 17:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **TAWFIC AWWAD JUNIOR, Usuário Externo**, em 23/10/2025, às 11:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2236657** e o código CRC **6E52FE51**.